



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**

e-DOC A29232E6

Proc 86/1996

Folha:

Processo: 86/96

Rubrica: \_\_\_\_\_

**PROCESSO Nº:** 86/96

**ORIGEM:** Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF.

**ASSUNTO:** Admissão de Pessoal

**EMENTA:** Resultado de auditoria de regularidade realizada junto à Polícia Militar do DF objetivando verificar a legalidade das admissões oriundas do Concurso Público para Soldado Policial-Militar, regido pelo Edital nº 02/95.

Diligência determinada pela Decisão nº 5.184/12.

A Unidade Técnica sugere ao egrégio Plenário considerar cumprida a diligência determinada pela Decisão nº 5.184/12, a legalidade e regularidade de inclusões nas fileiras da Corporação, o conhecimento de inclusões e posteriores exclusões das fileiras da Corporação e a realização de nova diligência para dirimir as questões ainda pendentes de informação relativas à admissão de alguns militares.

O MPJTCDF acolhe as sugestões da Unidade Técnica.

Voto convergente, com ajuste redacional. Cumprimento da diligência determinada pela Decisão nº 5.184/12. Legalidade. Registro de admissões porquanto em conformidade com decisão judicial transitada em julgado. Conhecimento de inclusões e posteriores exclusões. Nova diligência.

Cuidam os presentes autos da análise das admissões oriundas do concurso público para Soldado PM da Polícia Militar do Distrito Federal, regido pelo Edital nº 02/95.

Na última oportunidade em que se pronunciou nos autos, esta egrégia Corte prolatou a Decisão nº 5.184/12 (fl. 824), por meio da qual determinou o retorno dos autos à jurisdicionada para atender o que se segue:

*“I - determinar o retorno dos autos em diligência, a fim de que a Polícia Militar do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias, encaminhe informações a respeito das ações judiciais impetradas pelos soldados abaixo relacionados, cujas inclusões decorreram do concurso público regulado pelo Edital nº 2/95, salientando as providências porventura adotadas em caso de decisão desfavorável aos impetrantes: Airtton Lima da Rocha, Alberto de Brito, Antônio Leiva Ornelas Guedes, Antonio Mauricio Saraiva da Silva, Charles Nunes Macedo de Oliveira, Claudio de Souza Ramos, Claudionísio Rodrigues de Carvalho, Dagmar Ornelas Nascimento, Degeni Euzebio da Silva, Djair dos Santos Figueira, Ediman Francisco Ribeiro, Edmilson Ferreira da Silva, Edmilson Ribeiro Romeiro, Elvío Pereira Cardoso, Ernando Rodrigues dos Santos, Euzico Tavares de Brito Sobrinho, Fernando Francisco Pires, Francisco Alves de Sousa, Francisco de Assis Alves Marques, Francisco Élio Josino do Amaral, Gelson Tiburcio Ferreira, Gilcemar Barbosa de Jesus, Jeezi Marques de Matos, Joao Henrique Ribeiro de Almeida, João Rodrigues Ataíde, José Adaglei Pinto Póvoa, Juarez Jose da Silva, Kílsey Everson Sidney da Costa, Luciano Oliveira do Nascimento, Manoel Francisco dos Santos Filho, Marcelino Farias de Almeida, Marcelo Lopes, Marcio Clementino de Carvalho, Marcos Rodrigues de Souza, Marivaldo Galdino da Silva, Mauricio Sousa Nascimento, Moises Xavier de Lima, Neverson Maciel Javorski, Newton Vieira Vasconcelos, Oziel de Oliveira Cunha, Pedro de Medeiros Diniz,*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**

e-DOC A29232E6

Proc 86/1996

Folha:

Processo: 86/96

Rubrica: \_\_\_\_\_

*Plabo Fabiano de Araújo, Reginaldo Lima Sousa, Ricardo de Oliveira Gonçalves, Rogerio de Queiroz Cavalcanti, Rogerio Teixeira de Araújo, Rubens Jose de Sousa, Valderi Rodrigues Pedrosa, Valério Souza Cruz, Valmer Lopes da Silva, Wagner Barros Sobrinho, Wellington Leite de Souza, Wellington Paulo dos Reis e Willame Xavier Lima;*

Ao analisar o cumprimento da mencionada decisão, a Unidade Técnica relata o que se segue:

“3. Em 08/11/2012, foi encaminhado ao TCDF o Ofício nº 515/DRS (fls. 826/27), expedido pela Polícia Militar do Distrito Federal - PMDF, informando a respeito das ações judiciais impetradas pelos policiais acima discriminados, em atendimento à determinação expressa no item I da Decisão nº 5.184/12 do TCDF.

4. Declarou a jurisdição que ocorreu o trânsito em julgado, favorável ao autor, das ações judiciais interpostas por Ailton Lima da Rocha, Alberto de Brito, Antônio Leiva Ornelas Guedes, Antonio Maurício Saraiva da Silva, Claudio de Souza Ramos, Djair dos Santos Figueira, Ediman Francisco Ribeiro, Ernando Rodrigues dos Santos, Francisco Alves de Sousa, Francisco de Assis Alves Marques, Francisco Élio Josino do Amaral, Gelson Tiburcio Ferreira, Gilcemar Barbosa de Jesus, Jeezi Marques de Matos, Joao Henrique Ribeiro de Almeida, João Rodrigues Ataíde, José Adagley Pinto Póvoa, Juarez Jose da Silva, Kilsey Everson Sidney da Costa, Luciano Oliveira do Nascimento, Manoel Francisco dos Santos Filho, Marcelino Farias de Almeida, Marcelo Lopes, Marcio Clementino de Carvalho, Marcos Rodrigues de Souza, Marivaldo Galdino da Silva, Mauricio Sousa Nascimento, Moises Xavier de Lima, Neverson Maciel Javorski, Newton Vieira Vasconcelos, Pedro de Medeiros Diniz, Plabo Fabiano de Araújo, Rogerio de Queiroz Cavalcanti, Rogerio Teixeira de Araújo, Rubens Jose de Sousa, Valderi Rodrigues Pedrosa, Valério Souza Cruz, Valmer Lopes da Silva, Wellington Leite de Souza, Willame Xavier Lima e Wagner Barros Sobrinho. Destarte, entendemos que as inclusões dos soldados acima relacionados podem ser consideradas regulares, por guardarem conformidade com as decisões judiciais que lhes deram causa, já transitadas em julgado.

5. Aduziu ainda a PMDF que ocorreu o trânsito em julgado, desfavorável ao autor, das ações judiciais interpostas por Edmilson Ribeiro Romeiro e Elvio Pereira Cardoso. Conforme se observa no parágrafo 6º do Ofício em referência (fl. 287), a jurisdição foi orientada pela Procuradoria Geral do DF a promover a exclusão dos seus quadros dos policiais militares com trânsito em julgado desfavorável em suas ações. A jurisdição declarou também que o policial Reginaldo Lima Sousa foi licenciado da Corporação, a pedido.

6. Em consulta realizada ao SIGRH e ao SIAPE do Governo Federal, constatamos que os policiais arrolados no parágrafo anterior foram desligados da Corporação. Em função desse fato, entendemos que, a exemplo do que foi decidido nos Processos nºs 7225/08 (Decisão nº 2308/09), 36226/08 (Decisão nº 1882/09) e 10508/07 (Decisão nº 46806/11), o Tribunal possa tomar conhecimento das inclusões e posteriores exclusões desses policiais.

7. Quanto ao policial Claudionísio Rodrigues Carvalho, informou a jurisdição que foi publicado no DODF nº 94, de 20/05/2005, o Edital nº 14/2005, reconhecendo erro administrativo e retificando o resultado do exame médico, considerando-o apto. Desta forma, o policial foi incluído em caráter definitivo na PMDF, conforme informação de fl. 827. Assim, sopesando-se a decisão administrativa tomada pela jurisdição, propugnamos pela legalidade da inclusão do referido policial militar.

8. Finalmente, a PMDF informou que as ações interpostas pelos policiais Charles Nunes Macedo de Oliveira, Dagmar Ornelas Nascimento, Degeni Euzebio da Silva, Edmilson Ferreira da Silva, Euzico Tavares de Brito Sobrinho, Fernando Francisco Pires, Oziel de Oliveira Cunha, Ricardo de Oliveira Gonçalves e Wellington Paulo dos Reis, ainda pendem de decisão final. Nesse sentido, opinamos pela proposição de nova diligência junto à PMDF para a obtenção de informações sobre o trânsito em julgado das ações interpostas por esses policiais, quando ocorrer.

9. Em função dos elementos em exame, propugnamos pelo cumprimento da Decisão nº 5.184/2012, sugerindo nova diligência à PMDF para dirimir as questões ainda pendentes de informação relativas aos policiais relacionados no parágrafo anterior.”

Sugere, assim, ao egrégio Plenário considerar cumprida a diligência determinada pela Decisão nº 5.184/12, a legalidade e regularidade de inclusões nas fileiras da Corporação, o conhecimento de inclusões e posteriores exclusões das fileiras da Corporação e a realização de nova diligência para dirimir as questões ainda pendentes de informação relativas à admissão de alguns militares.

O MPJTCDF, mediante o Parecer nº 310/13-CF, à fl. 835, acolhe as sugestões da Unidade Técnica.

É o relatório.



## VOTO

Tenho por adequadas e pertinentes as proposições da Unidade Técnica, corroboradas pelo *Parquet* especial, exceto no tocante à sugestão de regularidade das admissões decorrentes de decisão judicial.

Em situações dessa natureza, quando a admissão decorre de decisão judicial, estando a fundamentação legal consoante com a decisão transitada em julgado, o meu entendimento, já acatado por vezes pelo Tribunal, é no sentido de que: 1) se tome conhecimento das medidas adotadas para cumprimento da demanda judicial, nos termos do Enunciado nº 20 da Súmula de Jurisprudência desta Casa; 2) se promova o registro do benefício para surtir seus efeitos legais.

Diante disso, acompanho os termos da instrução e do parecer ministerial e **VOTO**, com ajuste redacional, no sentido de que o egrégio Plenário:

I – tome conhecimento, considerando cumprida a Decisão nº 5.184/12:

a) do Ofício nº 515/DRS (fls. 826/27), expedido pela Polícia Militar do Distrito Federal;

b) das inclusões e posteriores exclusões dos Soldados Policiais Militares Edmilson Ribeiro Romeiro, Élvio Pereira Cardoso e Reginaldo Lima Sousa das fileiras da PMDF;

II – em consonância com o Enunciado nº 20 da Súmula de Jurisprudência desta Corte:

a) tome conhecimento das medidas adotadas pela jurisdicionada, em cumprimento a decisões judiciais, já transitadas em julgado, que deram causa às admissões, nas fileiras da Polícia Militar do Distrito Federal, dos seguintes Soldados Policiais Militares, oriundas do Concurso Público para Soldado Policial Militar, regido pelo Edital nº 02/95:

Airton Lima da Rocha	Alberto de Brito
Antônio Leiva Ornelas Guedes	Antonio Mauricio Saraiva da Silva
Claudio de Souza Ramos	Djair dos Santos Figueira
Ediman Francisco Ribeiro	Ernando Rodrigues dos Santos
Francisco Alves de Sousa	Francisco de Assis Alves Marques
Francisco Élio Josino do Amaral	Gelson Tiburcio Ferreira
Gilcemar Barbosa de Jesus	Jeezi Marques de Matos
Joao Henrique Ribeiro de Almeida	João Rodrigues Ataíde
José Adaglei Pinto Povoá	Juarez Jose da Silva
Kilsey Everson Sidney da Costa	Luciano Oliveira do Nascimento
Manoel Francisco dos Santos Filho	Marcelino Farias de Almeida
Marcelo Lopes	Marcio Clementino de Carvalho
Marcos Rodrigues de Souza	Marivaldo Galdino da Silva



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**

e-DOC A29232E6

Proc 86/1996

Folha:

Processo: 86/96

Rubrica: \_\_\_\_\_

Mauricio Sousa Nascimento	Moises Xavier de Lima
Neverson Maciel Javorski	Newton Vieira Vasconcelos
Pedro de Medeiros Diniz	Plabo Fabiano de Araújo
Rogério de Queiroz Cavalcanti	Rogério Teixeira de Araujo
Rubens Jose de Sousa	Valderi Rodrigues Pedrosa
Valério Souza Cruz	Valmer Lopes da Silva
Wagner Barros Sobrinho	Willame Xavier Lima
Wellington Leite de Souza	

b) promova o registro das admissões para que possam surtir seus efeitos legais;

III – considere legal, para fim de registro, a inclusão nas fileiras da Polícia Militar do Distrito Federal, do Soldado Policial Militar Claudionísio Rodrigues de Carvalho, oriunda do Concurso Público para Soldado Policial Militar, regido pelo Edital nº 02/95;

IV – determine à Polícia Militar do Distrito Federal que encaminhe informações a respeito do trânsito em julgado, quando ocorrer, das ações judiciais impetradas pelos policiais abaixo relacionados, cujas inclusões decorreram do concurso público regulado pelo Edital nº 2/95, e as providências porventura adotadas em caso de decisão desfavorável aos impetrantes:

Charles Nunes Macedo de Oliveira	Dagmar Ornelas Nascimento
Degeni Euzebio da Silva	Edmilson Ferreira da Silva
Fernando Francisco Pires	Euzico Tavares de Brito Sobrinho
Oziel de Oliveira Cunha	Ricardo de Oliveira Gonçalves
Wellington Paulo dos Reis	

V – autorize o retorno dos autos à SEFIPE para os devidos fins.

Brasília, em        de        de 2013.

**MANOEL DE ANDRADE**  
**Relator**